



109

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0328593-4**

**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE ENTORPECENTES DE RECIFE/PE

**PACIENTE:** JOÃO BOSCO GOMES DA SILVA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTRAGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO FEITO DEVE SER INTERPRETADO NORTEANDO-SE PELO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, POIS NÃO EXISTE UM PRAZO ABSOLUTO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, DEVENDO-SE SEMPRE CONSIDERAR AS PECULIARIDADES DE CADA PROCESSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE A SÚMULA Nº 84 DO TJPE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º 0328593-4 em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia        /        / 2014, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 13 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**

**Relator**



330

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0328593-4**

**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE ENTORPECENTES DE RECIFE/PE

**PACIENTE:** JOÃO BOSCO GOMES DA SILVA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO BOSCO GOMES DA SILVA, preso em 13.01.2014 pela suposta prática do crime previsto no art.33, *caput*, da Lei 11.343/06.

Notícia a inicial que no dia 13.01.14 o paciente fora preso em flagrante em razão de ter sido encontrando fumando um cigarro de "maconha" na calçada de sua residência. Aduz ainda que, após a revista pessoal, a autoridade policial realizou uma busca em sua residência, tendo encontrado uma pequena quantidade de droga, a qual segundo o paciente, seria para uso próprio.

Assim, argumenta ilegalidade na prisão, já que, na sua visão, seria ele um mero usuário de drogas e não "vendedor", pois "não fora encontrado qualquer quantidade de dinheiro nos moldes de vendedor, apenas estava usando por ser viciado por mais de trinta anos".

Pugnou, *in limine*, a concessão do writ para que fosse relaxada a prisão. Acostou documentos de fls.08/81.

Liminar negada em fls.89/90.

Informações prestadas pela autoridade coatora em fls.96/97, acompanhada de cópias de peças processuais.

A Procuradoria de Justiça, mediante parecer ministerial de fls.104/105, **opinou pela denegação da ordem.**

Recife, 13 de maio de 2014

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



111

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0328593-4**

**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE ENTORPECENTES DE RECIFE/PE

**PACIENTE:** JOÃO BOSCO GOMES DA SILVA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**VOTO**

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO BOSCO GOMES DA SILVA, preso em 13.01.2014 pela suposta prática do crime previsto no art.33, *caput*, da Lei 11.343/06.

A inicial do presente writ sustenta que há constrangimento ilegal no decreto preventivo, pois além de existir excesso de prazo para manutenção da custódia, a decisão que determinou o decreto não fora devidamente fundamentada.

**O cerne da questão refere-se a existência ou não de fundamentação na manutenção do decreto preventivo, bem como se houve excesso de prazo no deslinde do feito.**

Em relação a tese de ausência de fundamentação, verifica-se que consoante as informações prestadas pela autoridade coatora, a decisão que determinou a manutenção da custódia fora devidamente justificada na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Conforme certidão acostada pela autoridade coatora de fls.100, o ora paciente responde ainda a mais três processos na Comarca de Floresta, o que por si só mostra o comportamento do paciente.

Frise-se, ainda, que nos autos não há comprovação de atividade lícita e fixa do paciente, bem como residência fixa do mesmo.

Em relação à tese de excesso de prazo, entendo que este não poderia ser interpretado como a mera contagem aritmética de dias, pois



112

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

cada caso contém suas próprias peculiaridades que justificam uma maior dilação da fase instrutória.

Em igual entendimento, esta Corte aprovou a súmula 84, assim redigida: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Verifica-se, por fim, que o feito está com prosseguimento regular, aguardando designação de audiência de instrução.

Pelo exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem**, recomendando-se ao Juízo impetrado que observe absoluta prioridade no julgamento do feito.

Recife, 12 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**